

portugal,
uma retrospectiva
2022-1910

portugal, uma retrospectiva 2022-1910

JOSÉ NEVES, RICARDO NORONHA, PEDRO AIRES OLIVEIRA,
LUÍS NUNO RODRIGUES, MARIA ALICE SAMARA,
RUI TAVARES, ANTÓNIO TOMÁS, LUÍS TRINDADE

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXXII

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada capítulo, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2022, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO
Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: colecoes@publico.pt
Loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 – E.10
1750-149 Lisboa – Portugal
Tels: 21 726 90 28 | 29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 2022-1910*
Direcção: Rui Tavares
Autores: José Neves, Ricardo Noronha, Pedro Aires Oliveira,
Luís Nuno Rodrigues, Maria Alice Samara, Rui Tavares,
António Tomás, Luís Trindade
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares), a partir de fotografia de
Alfredo Cunha

1.ª edição: Novembro de 2022

ISBN 978-989-671-723-0
Depósito Legal 506852/22

ÍNDICE

Prólogo: 2020-2022	9
<i>Rui Tavares</i>	
Notas	37
2019	39
<i>Rui Tavares</i>	
1 Começar do zero	45
<i>Uma visão de conjunto</i>	68
2 Esboço para uma história do agora	73
3 O pretérito presente	103
4 O porvir, sim, o porvir	121
Bibliografia	130
1998	133
<i>José Neves</i>	
1 1498 e 1998	137
2 Do Império Português ao Mundo das Nações Unidas	142
<i>Portugal enquanto comunidade nacional</i>	147
<i>Uma humanidade una e global</i>	151
3 A cidade da Expo 98	160
<i>A requalificação urbana</i>	161
<i>A valorização ambiental</i>	164
<i>A torre de cracking de uma antiga refinaria</i>	168

4 Da globalização aos «descobrimientos»	172
<i>A Estratégia de Lisboa</i>	175
<i>O conhecimento dos mares</i>	178
<i>Um novo nacionalismo português</i>	182

5 «Em tempo de Expo, essas outras histórias que há para contar»	188
<i>Materiais soterrados,</i>	191
<i>peessoas removidas, merendas escondidas</i>	191
<i>Os trabalhadores da Expo 98</i>	195
<i>Anticomemorações</i>	201

6 Da Expo 1998 à crise de 2008	204
Notas	209
Bibliografia	212

1974

Ricardo Noronha, Luís Trindade

1 A Revolução no país dos brandos costumes	227
2 O dia inicial inteiro e limpo	242
3 A recomposição do aparelho de Estado	256
4 O marcelismo, antecâmara da revolução	260
5 As lutas sociais a seguir ao 25 de Abril	268
6 A «normalização» impossível	275
7 A viragem à esquerda	287
8 O «Verão Quente» de 1975	294
9 A contrarrevolução democrática	300
Conclusão	306
Notas	320
Bibliografia	322

1961

Pedro Aires Oliveira, António Tomás

Introdução	333
1 Alentejo, 31 de dezembro de 1961	340
2 Curaçao, 21 de janeiro de 1961	351
3 4 de janeiro de 1961, norte de Angola	363
4 Lisboa, 13 de abril de 1961	376
5 Luanda, 1 de maio de 1961	389
6 Vasco da Gama, Goa, 19 de dezembro de 1961	400
Conclusão	413
Notas	421
Bibliografia	422

1936

Luís Nuno Rodrigues

1 Portugal e a Europa no período entre as duas guerras mundiais	431
2 A consolidação do Estado Novo em 1936: relação do poder político com as forças armadas	434
3 A importância da ideologia e dos valores	442
4 O papel do império	450
5 A «ameaça vermelha» e o endurecimento do regime	458
6 A criação da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa	473
7 O Estado Novo e a Guerra Civil de Espanha	484
<i>O início do conflito</i>	484

<i>A diplomacia da não-intervenção</i>	492
<i>Entre o governo espanhol e a Junta de Burgos</i>	501
<i>Refugiados espanhóis em Portugal</i> <i>e voluntários portugueses em Espanha</i>	508
Epílogo	514
Notas	522
Bibliografia	526
1910	531
<i>Maria Alice Samara</i>	
1 O que eram Portugal e os portugueses em 1910? <i>Crise e regeneração</i>	537 550
2 Portugal no mundo em 1910	553
3 O ano de 1910 <i>O 5 de Outubro de 1910</i> <i>Variações sobre o tema República</i>	561 579 602
4 Ferramentas para fazer a história de 1910 e da Primeira República <i>As fontes sobre a revolução de 1910</i>	606 612
5 Escrever a República: tendências historiográficas	616
Notas	626
Bibliografia	627
Notas biográficas	631
Créditos	635

PRÓLOGO

2020-2022

RUI TAVARES

A publicação original de *Portugal, uma retrospectiva* decorreu durante o ano de 2019, o que colocou um problema conceptual para o seu início: tendo em conta que cada um dos 25 fascículos que compunham a obra era dedicado a um ano, e a ordem de publicação deveria ser cronológica e inversa, começando pelo presente, como escrever logo o primeiro volume sobre um ano que ainda não tinha acabado? Para mais, as exigências da produção agravavam esse problema, uma vez que a escrita do fascículo dedicado a 2019 deveria ocorrer durante o segundo trimestre desse mesmo ano, para que todos os restantes fascículos, que adentravam o passado até cerca de 500 a.C., pudessem ser publicados até dezembro. Em consequência, quando o texto do fascículo de 2019 foi escrito, apenas o primeiro trimestre se tinha cumprido e o segundo ainda não terminara quando a obra foi lançada ao público. No primeiro dia do terceiro trimestre, o primeiro de julho, perdemos o historiador que fora mestre de muitos dos autores desta obra, e amigo de todos, António M. Hespanha, cujo agravamento do estado de saúde não lhe tinha permitido participar no lançamento da coleção. Com essa lembrança dolorosa da incapacidade de prever o futuro, como escrever sobre o presente minimizando a possibilidade de erro?

A opção seguida no primeiro fascículo foi a de nos concentrarmos nos três grandes temas que tinham estado em debate nos primeiros três meses desse ano, todos eles com

uma relevância social que ultrapassava o momento — as chamadas minorias étnico-raciais (ou pós-coloniais), as mulheres e os jovens —, e partir daí analisarmos as tensões e os desafios com que se confrontava (e confronta) a sociedade portuguesa (e outras) nessa altura, do papel das redes sociais à questão das alterações climáticas e à vaga dos políticos nacional-populistas, usando como marcos para a restante parte do ano que ainda não tinha decorrido a ocorrência de eventos já calendarizados ou previsíveis, como as eleições europeias, regionais ou nacionais. Finalizado o volume, restava esperar para ver se algum acontecimento de grande magnitude o tornaria imediatamente desatualizado.

No último dia desse ano de 2019, a Comissão Municipal de Saúde da cidade de Wuhan, na China, comunicou oficialmente pela primeira vez a ocorrência de um surto de uma pneumonia de causas desconhecidas na sua cidade, que teria já infetado 27 pessoas. Os primeiros casos conhecidos dessa nova doença reportar-se-iam aos primeiros dias do mês de dezembro de 2019, razão pela qual, quando esta veio a ser declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde, a designação que lhe foi atribuída foi a de COVID-19, acrónimo inglês para «coronavírus», «doença» e 2019.

Se não fosse por esse anúncio feito no seu último dia, 2019 teria sido um ano banal. Certamente se comparado com alguns dos seus pares: sem o referendo do Brexit ou a eleição de Donald Trump de 2016, sem a eleição de Bolsonaro de 2018, 2019 teria relativamente pouco que contar. Mas com o nome de uma pandemia — que a maior parte daqueles que a viveram, e que lhe sobreviveram, associam sobretudo ao ano de 2020 — o ano de 2019, ou o seu nome, ficou empoleirado na história.

Na verdade, 2020 começou ainda como um ano normal. As notícias que chegavam da China criavam uma certa estra-

nheza, mas pareciam ainda longínquas e meramente pontuais, levando mesmo alguns dos mais informados a equipará-las às de outras pandemias que não tinham nos anos recentes atingido grande escala ou impacto. Mas rapidamente se percebeu que a velocidade da infeção e a capacidade de reprodução do vírus que a provocava, o SARS-CoV-2, eram muito elevadas. A seu tempo — e esse tempo chegou rápido —, a COVID-19 alteraria rotinas, modos de vida e pilares das sociedades contemporâneas, não deixando nenhum setor intocado: da economia ao mundo do trabalho, das relações pessoais à escolarização, da logística à alimentação, da ciência à comunicação e à cultura, da infância à relação com a morte.

Logo no primeiro trimestre de 2020, percebeu-se que aquele não iria ser um ano igual aos outros, e que não poderia sê-lo por causa da COVID-19, que em pouco tempo começou a suscitar comparações com algumas das pandemias mais conhecidas do passado: a Gripe Pneumónica de 1917-1919, a Peste Negra medieval (por acaso com origem na mesma província de Hubei onde os primeiros casos de COVID-19 tinham sido detetados).

Por essas razões, há um antes e um depois do ano de 2020, aquele em que a pandemia virou o mundo do avesso. Mas não ficámos por aí. Uma criança que tenha nascido no ano de 2019 já passou, em meros três anos de vida, por uma das maiores pandemias da história da humanidade, uma crise energética global e uma guerra de grande escala no continente europeu. Isto implica que até acontecimentos que provocaram significativas perturbações na economia internacional — como o encalhamento de um navio com contentores no Canal do Suez (o *Ever Given*, de 400 metros de comprimento, no mês de março de 2021), que mexeu com toda a cadeia logística global — tenham sido rapidamente esquecidos como eventos menores de uma época em sobressalto constante.

Essa deslocação brutal das nossas expectativas sobre o presente, a imprevisibilidade radical sobre os mais rotineiros gestos do futuro próximo, levaram a uma reavaliação geral do nosso passado. Isso fez com que, apesar de ter o seu número inscrito no nome da pandemia de COVID, 2019 viesse a ser unanimemente considerado como «o nosso último ano normal». Se outras virtudes não tiver o capítulo dedicado a 2019 nesta nossa obra coletiva, ao menos será um relato dessa outra época que agora nos parece um outro mundo. Mas esse ponto de referência é ainda útil para percebermos de que modo a pandemia de COVID-19 nos levou a reinterpretar aquilo a que poderíamos chamar «filosofia da história» individual — que nós todos coloquialmente temos, mesmo que disso não nos costumemos aperceber.

Um exemplo permitirá ilustrar este argumento. No primeiro trimestre de 2020, o autor destas linhas encontrava-se a lecionar um semestre de História a alunos de uma universidade norte-americana. Em ambas as turmas a que dava aulas — uma de História de Portugal a alunos de diversos cursos e outra de História do Iluminismo a alunos mais especializados —, tinha calhado naquele momento tentar explicar a importância geral e o impacto que uma catástrofe natural — o Grande Terramoto de 1755 em Lisboa — tivera para o mundo das ideias. Na semana imediatamente antes das férias de meio do semestre, a 8 de março, essa missão dependia de todos os recursos documentais e explicativos disponíveis. Como era possível que um terramoto tivesse «mudado o mundo», no sentido de alterar significativamente as relações sociais, as ideias sobre Deus e a natureza, as expectativas sobre o presente e o futuro, a atitude perante o poder político e as coroas europeias? Mesmo a comparação com eventos recentes de grande magnitude, como os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, não surtiram efeito. Eles eram recentes para mim, mas não para jovens que tinham nascido

precisamente logo após o início do novo milénio e que deles não tinham qualquer memória.

Fui para as férias relativamente consciente do meu insucesso, e preocupado com ter ou não de voltar ao tema em aulas subsequentes. Entretanto, a universidade teve de fechar por causa da pandemia e, depois da universidade, as fronteiras do país. Em Portugal, o Governo decretou o estado de emergência e, depois disso, o Governo Regional dos Açores estabeleceu um cordão sanitário municipal no concelho onde eu me encontrava com a família. Quando as aulas regressaram, estávamos separados por meio oceano de distância e tivemos de recorrer, como os professores e alunos de todo o mundo, aos meios tecnológicos para comunicarmos. Na imagem que o computador me transmitia, os alunos com quem tinha estado pessoalmente semanas antes apareciam-me agora na sua diversidade de condições sociais e económicas: alguns partilhando o seu quarto com irmãos, outros na mansão dos pais, uns comunicando que tinham perdido o emprego, outros angustiados com o adiamento dos futuros brilhantes que anteviam. Mas todos no regresso às aulas diziam o mesmo: que agora percebiam como um evento natural podia mudar uma época, ou seja, que cerebral e instintivamente sentiam que a pandemia tinha mudado tudo e que uma das coisas (talvez menores) que tinham mudado é que agora se julgavam mais capazes de entender o impacto de acontecimentos análogos em épocas passadas. Aquilo que umas semanas antes era inconcebível tinha-se subitamente tornado o mundo deles.

Além disso, a eclosão e o desenvolvimento da pandemia permitiriam, até ao fim desse semestre de aulas, demonstrar na prática um argumento teórico que antes tinha sido apresentado: o de que os «acontecimentos que mudam o mundo» não mudam à partida as posições ideológicas de ninguém. Sobretudo, não só

não mudam aquilo a que poderíamos chamar as «posições ideológicas dos ideólogos» como, antes pelo contrário, as enquistam e polarizam entre si. Quem antes do terramoto de 1755 acreditava que os eventos naturais são castigos de Deus continuou acreditando, mas redobrou a sua crença. Quem considerava que tais eventos eram inteiramente naturais passou a achar que o Grande Terramoto demonstrava cabalmente que os seus oponentes estavam cem por cento errados. Na prática, e numa primeira fase, os «acontecimentos que mudam o mundo» parecem ser tratados por cada um de nós como «acontecimentos que mudam tudo menos a minha opinião, que já estava certa antes», ou «acontecimentos que mudam tudo, e que sobretudo deveriam mudar a opinião dos meus teimosos adversários, agora ainda mais irremediavelmente refutados». É no longo prazo, nas opiniões que gradualmente se tornam dominantes e que dificilmente voltam atrás, que estes acontecimentos deixam o seu lastro mais duradouro na história das ideias e das mentalidades.

Alexander Hamilton e Miximilien de Robespierre, por exemplo, figuras centrais da Revolução Americana e do Terror pós-revolucionário francês, nasceram um pouco antes do Terramoto de Lisboa. O mesmo se diga de Maria Antonieta, que no período revolucionário perderia a cabeça na guilhotina e que nascera 24 horas depois da catástrofe lisboeta, tendo vivido, e sobretudo morrido, num mundo que esta alterara profundamente. Estes exemplos servem para demonstrar que um argumento naturalista em 1755 (o de que Deus não envia catástrofes como castigo para a humanidade) pode tornar-se um argumento republicano uma geração depois (o de que, tal como não há catástrofes divinas, também não há monarcas «por graça de Deus», e de que é possível prescindir deles sem alterar a ordem natural das coisas). Analogamente, quem já era nacionalista ou cosmopolita antes da pandemia de 2020 ficou

em geral mais nacionalista ou mais cosmopolita, respetivamente. É bom ter isso em mente ao ler sobre os acontecimentos desses anos e reparar como a palavra «polarização» neles aparece justificadamente. Quanto às conclusões que, tardia e talvez involuntariamente, desses acontecimentos retirarão os «filhos da pandemia» (como em seu tempo fizeram as revoluções, ou nelas foram devorados, os «filhos do terramoto»), esse é um futuro que a elas e a eles pertence.

Em meados do século XIV, a Peste Negra chegou da China a Itália, com escalas na Crimeia e no Cairo, através das estradas da prosperidade de então — aquilo a que mais tarde, no século XIX, se viria retrospectivamente a chamar a Rota da Seda. Em 2020, a pandemia de COVID-19 chegou à Europa, principalmente pela Itália, através das rotas que mantêm estreitas ligações económicas entre estes dois países. A Lombardia — região que é um motor económico de Itália e do continente europeu, em particular nas indústrias do vestuário, do calçado, da moda e do *design* — tem uma relação de competição e simbiose com as regiões industriais chinesas. Por um lado, os produtos de luxo italianos são frequentemente contrafeitos na China. Por outro lado, existem na Lombardia e em torno dela fábricas e setores produtivos inteiros com centenas ou milhares de trabalhadores e trabalhadoras oriundos da China, os quais produzem em massa bens de baixo custo. Os mesmos empresários italianos que se queixam da contrafação de marcas italianas na China, procurando proteção da União Europeia contra a sua presença no mercado, viajam frequente e naturalmente para a China à procura de mercados para os seus produtos, em particular entre as novas classes altas e médias em ascensão.

Foi assim que, na noite de 20 de fevereiro de 2020, o primeiro paciente confirmado de COVID-19 fora da Ásia foi identificado na região italiana da Lombardia¹. Investigações

subsequentes determinaram que antes deste homem saudável de 38 anos, que ficaria conhecido como Paciente 1 e que seria internado num hospital da pequena cidade de Codogno, no sul da Lombardia, já outras cerca de 500 pessoas haviam tido sintomas daquilo que inicialmente fora diagnosticado como uma pneumonia resistente a antibióticos. O Paciente 1 não tinha um historial de viagens, pelo que deverá ter sido infetado por alguma dessas pessoas sintomáticas, um hipotético Paciente 0 que nunca chegou a ser identificado.

Desse meio milhar de casos sintomáticos ocorridos antes da deteção do Paciente 1, quase 90% tiveram de ser hospitalizados e mais de um quarto morreram. Até ao dia 9 de março de 2020, mais de 15 mil pessoas foram infetadas só na região da Lombardia. Essa progressão permitiu aos cientistas estabelecer uma taxa de reprodução da infeção (o «RT», que se tornaria de conhecimento geral nos tempos seguintes) de três novas pessoas infetadas por cada pessoa previamente infetada. Uma população surpreendida precisou de se habituar rapidamente a pensar em termos exponenciais: à medida que três pacientes se transformam em nove, estes em 27, aqueles em 81 e por aí adiante, até ultrapassarem os dois mil infetados em apenas seis fases de contágio.

Mas entretanto já a pandemia chegara também a Portugal, com os primeiros dois casos de pessoas infetadas detetados a 2 de março. No dia seguinte, outros casos confirmados eram já quatro e o Governo determinou que a Comissão Nacional de Proteção Civil passaria a funcionar em permanência. No dia depois desse fechou o primeiro estabelecimento de ensino, a Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Porto, na qual tinha estado o quinto infetado, dos seis que o país agora confirmara. A 5 de março, os seis infetados passam a nove, e a TAP decide cancelar mais de mil voos nos dois meses seguin-

tes. O dia 2 de março fora uma segunda-feira. Na sexta-feira, 6 de março, o número de infetados mais do que sextuplicara: eram agora 13. No fim de semana seriam 30. Na semana seguinte foram cancelados todos os voos de Portugal para a Itália (um dos primeiros casos suspeitos de COVID-19 em Portugal tinha sido o de um empresário da área do têxtil de Lousada, no distrito do Porto, que regressara de uma visita a uma feira industrial em Milão; Lousada e Felgueiras, concelhos de intensa atividade no têxtil e no calçado, foram dos primeiros a ser afetados pela disseminação da doença em Portugal).

A 11 de março, uma quarta-feira, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente a COVID-19 uma pandemia, Portugal tinha 59 casos, que no final dessa semana passariam a ser 245. O Governo proibiu a realização de eventos com mais de cem pessoas. No início da semana seguinte, foi anunciado o primeiro caso fatal da doença em Portugal, um homem de 80 anos. No dia 18 de março, exatamente uma semana depois do anúncio da OMS, o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, decreta, com o acordo do Conselho de Estado e do Governo, e a aprovação da Assembleia da República, o estado de emergência no país. O estado de emergência nunca tinha sido decretado desde a consolidação democrática, e vigorará, de início, 45 dias (entre 2020 e 2021, o estado de emergência, constitucionalmente previsto em 1976, foi renovado 15 vezes, e em 2021 durará 173 dias consecutivos).

Os números são realidades precisas, contidas em si mesmas, mas a nossa relação com os números depende de vários fatores «atmosféricos»: de contexto, da atenção, da nossa capacidade prática ou da nossa saturação, entre muitos outros. Os números não são só quantidade ou, se o forem, como às vezes se diz, é porque a quantidade tem a sua própria qualidade. A perceção objetiva variou significativamente no decurso da pandemia,

dependendo da nossa subjetividade. Os primeiros números, na escala das dezenas ou das centenas, eram suficientes para concitar toda a nossa atenção. Os milhares e as dezenas de milhares punham-nos em pânico. Mas havia um momento, diferente para cada um de nós, em que deixávamos de conseguir abarcar os números com a imaginação e partíamos em direções diferentes, da depressão ao desinteresse. Por isso, se contássemos uma história da pandemia apenas através da progressão numérica — no momento em que escrevo contabilizam-se 614 497 160 casos documentados de infecção pelo SARS-CoV-2, com pelo menos seis milhões e meio de mortes atribuídas à doença — poderia acontecer que o leitor a certa altura deixasse de sentir que esses números lhe diziam alguma coisa.

Uma vez que cada um desses números é uma pessoa, há que aventurar-nos pela experiência intimamente vivida da pandemia. Mesmo que isso signifique encarar um outro problema: dos leitores imediatos destas palavras, é certo que todos terão passado pela experiência intimamente vivida da pandemia. Mas não é impossível que alguém que esteja a ler estas palavras não seja já do nosso tempo, e aí vale a pena tentar aquilo que tantas vezes nos falta nos documentos do passado (mesmo que quem esteja não muito longe de 2022 nos possa desmentir num detalhe ou outro): tentar explicar o que foi viver os primeiros tempos da pandemia.

Quando Portugal confinou pela primeira vez, em março de 2020, não estávamos ainda habituados a essa palavra — «confinamento» —, mas outras sociedades já tinham passado e estavam ainda a passar pela experiência do *lock down*. Assim, quando nos fechámos em casa, a nossa experiência estava condicionada pelas notícias da pandemia em Itália, onde a progressão da doença fazia com que já não houvesse mais camas em hospitais para novos doentes e até gente morta em casa não tivesse

no imediato quem a fosse buscar para ser enterrada. Antes de Itália, a própria cidade de Wuhan, a nona cidade da China em termos de população, com mais de oito milhões e meio de habitantes, estava em confinamento desde 25 de janeiro. Sabíamos, portanto, que era possível fechar em casa uma sociedade do tamanho da portuguesa, e que fazê-lo era um passo preventivo para evitar o colapso do sistema de saúde. Mas não sabíamos muito mais. Por esses dias, não havia certezas sobre a forma de transmissão do vírus. As precauções a tomar eram apenas as possíveis de bom senso, dependendo dos materiais disponíveis. Foram divulgadas instruções para que se lavasse consecutivamente as mãos com material desinfetante, mas o álcool em gel, que se tornou a solução mais prática, não estava ainda abundantemente disponível. As máscaras faciais, que tinham sido particularmente úteis na pandemia de SARS na Ásia, não se conseguiam encontrar em praticamente nenhum lado. Os outros gestos preventivos de que nos falavam, como evitar tocar com as mãos o rosto, os olhos e a boca, dependiam de uma atenção constante e de uma autodisciplina muito difícil de manter.

Aquilo que nos restava, e que interpussemos entre nós, era distância. Nos primeiros dias, quando não estávamos fechados em casa com apenas os poucos de entre os mais próximos, cada saída em silêncio nos adentrava nesse vazio entre as pessoas. Olhávamos em torno para nos certificarmos de que não havia ninguém por perto. Se a proximidade não podia ser evitada, temíamos que o nosso vizinho pudesse espirrar, tossir, ou simplesmente respirar perto de nós. Sair para comprar os elementos mais básicos do dia a dia adquiria foros de expedição solitária; sentíamos-nos a viver num mundo ficcional, de filme ou romance de aventuras; éramos os nossos próprios heróis, por fazermos as coisas mais banais que sempre fizéramos. Ao mesmo tempo, tínhamos medo.

A primeira escritora a redigir um diário de confinamento, a chinesa Fang Fang, que vivia em Wuhan, contou como era estranho e reconfortante ver, nas poucas ocasiões em que saía de casa, os varredores da sua cidade varrendo ruas que nem sequer estavam sujas porque não havia quase ninguém para andar nelas. Na prática, a ideia de manter toda a sociedade fechada em casa nunca se concretizou totalmente. O funcionamento dos serviços essenciais dependeu sempre das pessoas que continuaram a trabalhar: funcionários das caixas dos supermercados, trabalhadores da logística, dos matadouros, das câmaras frigoríficas. Junto com médicos e enfermeiros. Esses trabalhadores foram objeto de discursos e de gestos de gratidão. As pessoas saíam às varandas e às janelas de suas casas para os aplaudir a horas certas. Isso durou pouco e, de qualquer forma, não deu lugar a outro tipo de compensações monetárias ou laborais; inclusive, esses foram dos indivíduos que mais facilmente contraíram a doença.

Em casa, onde as diferenças sociais também pesavam entre quem tinha um quintal, um terraço, uma varanda e quem não tinha, quem tinha quarto próprio e quem o partilhava, quem tinha uma boa conexão de rede de banda larga e quem nem tinha computador. Os primeiros tempos foram passados entre o excesso de notícias sobre a própria pandemia, informações sobre as decisões governamentais, discursos de políticos — e a possibilidade de estar mais consigo mesmo e os seus. A verdade é que houve um aspeto regenerador em relação ao desgaste profissional e dos transportes, em particular nas grandes cidades. Os meios tecnológicos, já então predominantes ou em vias de ascensão, que permitiam ver em qualquer momento as séries de televisão que escolhêssemos e conversar em tempo real com colegas ou amigos, vieram em nosso socorro. Fizeram-se chamadas há muito adiadas para saber novidades de parentes distantes. Marcaram-se horas para, numa das muitas aplicações de

videochamadas em grupo, beber copos ou jogar com amigos em continentes diferentes. Os mais eruditos ter-se-ão lembrado de outras pandemias da história, como a do *Decameron* de Boccaccio, em que amigos fugidos à peste em Florença se entretêm numa quinta no campo contando contos uns aos outros. Para todos nós, subsiste ainda uma certa nostalgia dos primeiros tempos do confinamento em pandemia, como se no meio do medo e da possibilidade de morte tivéssemos descoberto que era possível viver de maneira diferente.

Dois extremos geracionais foram particularmente afetados pelos confinamentos: os mais velhos e as crianças. Os mais velhos foram os alvos das formas mais graves da doença e sofreram uma taxa de mortalidade muito mais elevada, razão pelo qual foram submetidos a um isolamento mais rígido. O embate psicológico dessa escolha foi enorme, possivelmente tão forte quanto o que recaiu sobre os cidadãos das gerações da guerra, das ditaduras e da fome. Pais e avós passaram meses, em alguns casos um ano ou mais, sem poderem estar perto dos filhos ou netos. O afeto era transmitido à distância, por chamada áudio ou vídeo, ou deixado à porta de casa sob a forma de sacos com compras e comida, mas sem qualquer possibilidade de um beijo ou um abraço. Não demorou muito tempo para que mesmo os mais empedernidos misantropos começassem a confessar a saudade de um desses abraços. Houve quem inventasse mais tarde cortinas de plásticos com mangas que, quando suspensas de cordas de secar roupa, permitiam que duas pessoas se apertassem nos braços. Essa era, ainda e apesar de tudo, a condição menos má. Para os seniores internados em hospitais públicos ou internados em lares de terceira idade, o isolamento era a norma; para aqueles que sofriam de demências, a incompreensão do que lhes estava a acontecer era medonha; em contrapartida, se a infeção penetrasse nos muros da instituição, a morte alastrava

NOTAS BIOGRÁFICAS

JOSÉ NEVES (Lisboa, 1978) licenciou-se em História Moderna e Contemporânea no ISCTE-IUL, onde realizou o seu doutoramento, que esteve na origem do livro *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Foi investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, *visiting scholar* no King's College (Londres) e, mais recentemente, *visiting fellowship* da British Academy em Goldsmiths College. É professor auxiliar na NOVA-FCSH e investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. Dirige a revista *Práticas da História: Journal on theory, historiography and uses of the past*. Tem-se dedicado à história do século XX, à teoria da história e ao estudo dos nacionalismos. Coordenou, entre outras obras, *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal* e *Quem faz a história: ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Coordenou também, com Frederico Ágoas, *O espectro da pobreza: história, política e cultura em Portugal no século XX* e, com Nuno Domingos, *Uma história do desporto em Portugal*.

RICARDO NORONHA é doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa e investigador do Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH). Entre os seus tópicos de investigação encontram-se a conflituosidade social, o pensamento crítico e as transformações da economia política durante a segunda metade do século XX. É autor de «*A banca ao serviço do povo*»: *política e economia durante o PREC (1974-75)* e co-coordenador de *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*.

PEDRO AIRES OLIVEIRA (Lisboa, 1971) é docente no departamento de História da NOVA-FCSH e investigador do Instituto de História Contemporânea. Os seus interesses de investigação incidem na história das relações internacionais, nas relações anglo-portuguesas e no colonialismo tardio e descolonização. É autor de *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-75* (Tinta-da-china, 2007) e de várias outras monografias e volumes editados, assim como de artigos publicados em revistas científicas de circulação nacional e internacional.

LUÍS NUNO RODRIGUES nasceu nas Caldas da Rainha em 1968. É doutorado em História Americana pela Universidade do Wisconsin. É professor catedrático no Departamento de História do ISCTE-IUL e director do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) da mesma instituição. No ISCTE-IUL, coordena o mestrado em Estudos Internacionais e, desde 2013, é director da revista científica *Portuguese Journal of Social Science*. Foi bolseiro de doutoramento Fulbright e *visiting professor* na Brown University. As suas áreas de especialização são a história das relações internacionais, a história da Guerra Fria, a história de Portugal do século XX e a história dos Estados Unidos da América. É autor de vários livros e artigos, entre os quais *Kennedy-Salazar: a crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963* e *Perceptions of NATO and the New Strategic Concept*.

MARIA ALICE SAMARA nasceu em Lisboa, em Abril de 1974. Doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigadora do Instituto de História Contemporânea (FCSH/NOVA).

RUI TAVARES é escritor, historiador e ensaísta. Publicou vários livros, incluindo *O pequeno livro do grande terramoto* (2005), *A ironia do projeto europeu* (2012), *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI* (2015) e *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural*

do século XVIII (2018). Doutor em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, investigador associado no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE/IUL e membro integrado do Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa, foi investigador visitante na New York University e no Instituto Universitário Europeu de Florença, e professor visitante na Brown University.

ANTÓNIO TOMÁS (Luanda, 1973) é doutorado em Antropologia Cultural pela Universidade Columbia, Nova Iorque. Professor universitário na Universidade de Cape Town, é autor de um livro sobre o nacionalista africano Amílcar Cabral, *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral* (Tinta-da-china, 2008). Encontra-se presentemente a finalizar um estudo sobre arquitectura e urbanismo de Luanda, com o título «In the skin of the city: Luanda or the dialectics of spatial transformation».

LUÍS TRINDADE ensina História e Cultura Portuguesa em Birkbeck, Universidade de Londres. O seu livro mais recente, *Narratives in Motion: Journalism and modernist events in 1920s Portugal*, foi publicado em 2016. Publicou também sobre as histórias do nacionalismo, do marxismo, do cinema português e a cultura de massa em Portugal no século XX. Desde 2015, desenvolve um projecto financiado pela FCT sobre a cultura audiovisual em Portugal de 1950 a 1990, no Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH).

CRÉDITOS

- 48, 50 , 152, 156, 581:** Wikimedia Commons;
64: Direcção Geral do Património Cultural – Maria Ramalho
77: Hemeroteca Digital da CML
89: Joana Gomes Cardoso
101: *Jornal Público* – Miguel Manso
119: Presidência da República.
159: Jean Paul Pelissier
170: *Jornal Público* – Bruno Portela
186: RTP, jornal Expresso
199: *Jornal Público* – Adriano Miranda e Luís Ramos
203: *O Globo* – Marcelo Carnaval e Domingos Peixoto.
243: Alfredo Cunha
288: Guy Le Querrec
303: *DN* – Eduardo Baião
332: *Flama*, ANTT-DGLB
357: *Der Spiegel*, 1961
373 , 381 e 395: SNI, ANTT-DGLB
411: Álbum de *O Século*, ANTT-DGLB
435, 443, 461, 467, 507, 518: ANTT-DGLAB
589: ed. José Joaquim dos Santos, colecção privada de António Ventura
596: A. Quaresma, ed. *A Ilustradora*, colecção privada de António Ventura;
614: ed. *A Editora*, colecção privada de António Ventura

portugal,
uma retrospectiva
2022-1910

foi impresso em papel CoralBook
de 80 gramas, na Eígal, Indústria
Gráfica, no mês de Outubro de 2022.

